

A estigmatização como fator determinante dos bloqueios de fala de descendentes de imigrantes italianos do nordeste do Rio Grande Do Sul

Ter vergonha? Mas vergonha do quê? Nunca! Nós devemos, isto sim, ter orgulho de nosso passado, da nossa língua, da nossa cultura, da nossa civilização!”

—DARCY LOSS LUZZATTO

Introdução

É comum encontrarem-se pessoas com dificuldade de se dirigir a um público. Muitas vezes esse público se restringe até ao grupo de familiares ou à roda de amigos, portanto, o público não lhe é estranho. Parece haver um entrecruzamento de aspectos a se considerar. A difícil separação desses aspectos dificulta uma abordagem meramente lingüística e sociolingüística, porque são questões que se sobrepõem e estão estreitamente ligadas ao psicológico, ao sócio-cultural e ao antropológico. No entanto, o fato existe e de forma acentuada na Região de Colonização Italiana (RCI). Há profissionais, com formação universitária, que passam por um processo de tremedeira, sudorese, só de pensar de ter de se dirigir com uma fala a um público. São comuns os depoimentos de pessoas, nesses momentos, atribuindo ao fato de *não falarem bem*, de *não saberem falar em público*, de *terem vergonha porque pronunciam mal o português*, *porque têm um sotaque carrega do italiano* e assim por diante. Fica difícil separar os aspectos dessa situação e saber até onde se pode atribuir como causa o fator lingüístico, aqui, mais precisamente o sociolingüístico ou o psicológico. Questões de auto-estima e de segurança vêm antes ou depois do desempenho lingüístico? Ocorrem de forma concomitante? Ou em função de determinadas situações sócio-culturais de fala oral, esse falante bilíngüe

(passivo ou não) e mesmo o monolíngüe da RCI, pelo fato de, quando se manifestaram oralmente, e dessa experiência terem passado por situações de vexame, de terem sido objeto de riso, de comentários depreciativos sobre a forma como falam, enfim que tenham passado por ridículos, tudo isso nos leva a crer que fez com que se retraíssem, ficassem marcados negativamente. Expressar-se oralmente, agora, pode tornar-se um problema, ainda mais quando é um público.

Diante disso, a língua de prestígio (a variedade do padrão culto) bem como a estigmatização de uma língua são conceitos a serem analisados como possíveis variáveis intervenientes no processo de comunicação oral, da competência comunicativa.

Busca-se saber, então, em que medida se pode atribuir à fala dialetal italiana, estigmatizada, como uma causa para explicar os medos de falar em público e os bloqueios lingüísticos, no momento de realizar um discurso ou uma exposição oral, pelo falante da RCI do nordeste do RS.

Nesse sentido, este estudo tem como propósito examinar, à luz das teorias da sociolingüística interativa e do bilingüismo societal (ou social, originado pelo contato de duas línguas, duas culturas), que fatores da língua e da cultura italiana podem ser indicados como determinantes para explicar o fenômeno do “medo” que descendentes de imigrantes, de modo geral, têm ou sentem de falar a variedade do português dessa região, com traços dialetais, em público, não importando o público: familiar, roda de amigos, entre colegas de trabalho, situações formais e protocolares.

Segundo o *Dicionário da língua portuguesa*, de Aurélio (1975, p. 904), define-se *medo* como “sentimento de inquietação ante a noção de um perigo real ou imaginário, de uma ameaça, susto, pavor, temor, terror”. O autor em outro verbete diz que *pânico* é “um susto ou pavor repentino, às vezes sem fundamento, que provoca uma reação desordenada, individual ou coletiva, de propagação rápida” (1975, p. 1025). Já a palavra *fobia* vem definida como a “designação comum às diversas espécies de medo mórbido. Horror instintivo a alguma coisa, aversão irreprimível” (idem, p. 623). Esses conceitos são absolutamente necessários para se chegar a compreender os estados de ânimo por que passam as pessoas, quando tensas e nervosas, em função do medo de falar em público. Esse medo provoca nelas suores, ou calafrios: “frio na barriga”, tremedeira incontrolada, ou secura na boca. Tais conceitos têm relação também com a inibição e a timidez, como traços característicos das pessoas dessa região. Geralmente se retraem, não são expansivas ao falar. Acredita-se que um dos fatores responsáveis disso tudo seja o estigma que sofre o português falado por descendentes de imigrantes italianos, principalmente, a pronúncia, o seu sotaque. Este estudo procurará mostrar que esse problema pode ser minimizado, amenizado, ou até erradicado, bastando para isso que se o estude para conhecê-lo e dele se tenha consciência. Além disso, é preciso que os próprios falantes dessa região se libertem desses preconceitos lingüísticos. Embora se saiba que isso não se concretiza de um momento para outro (talvez sejam necessárias ainda algumas gerações para erradicar esses preconceitos), trabalhar essa questão é imprescindível e relevante para se poder superar as dificuldades, geradas pelo medo de falar em público, as quais afetam a competência comunicativa dos falantes da região colonizada por imigrantes italianos, descendentes ou não.

Campanha de Nacionalização da Língua: implementação do monolingüismo

Os descendentes de imigrantes italianos lembram, neste ano de 2001, os 125 anos da Imigração Italiana no Rio Grande do Sul. A imigração que começa em 1875 prossegue até hoje no Brasil e em todos os países do mundo. Ao fazer uma avaliação desse tempo decorrido, um dos mais importantes estudiosos da imigração, Rovílio Costa, manifesta um certo pesar, por constatar que, historicamente, “Em nossos pais e avós, fomos silenciados como italianos e não fomos reconhecidos como brasileiros” (2001, p. 20). Justifica-se, em seguida, dizendo que o imigrante tornou-se brasileiro à força uma vez que a Campanha de Nacionalização tolheu-lhe as condições de ser italiano no momento em que se proíbe o uso da língua dialetal italiana nas escolas, igrejas e locais públicos. Falta-lhe essa cidadania: cultivar, em cada grupo, oriundo de diferentes regiões italianas, a sua língua dialetal. As expressões de auto-estima e auto-imagem sofrem às contingências históricas daquele momento. Estabelece-se o binômio prestígio/preconceito lingüístico. A língua dos colonos italianos passa a ser estigmatizada e passam a ser discriminados os seus falantes.

Rovílio Costa (1974, p. 27), pesquisador que busca no imigrante da primeira geração aquilo que considera “tragédia” ser proibido falar dialeto durante a Segunda Guerra Mundial, registra o depoimento do imigrante italiano, Eugênio Testa, que diz:

Apenas nossos filhos sabiam, um pouco, o Português. Para não ser importunado, muitas vezes eu nem falava e o mesmo faziam muitos de meus companheiros. Não havia aprendido. Isso se compreende, dado o isolamento em que estávamos e pelo pouco estímulo para aprender o Português, porque os imigrantes vieram em busca de pão e não de saber. Como buscar o saber se não tínhamos o que comer?

Outro relato de imigrante, registrado por Iara Bemquerer Costa (1994, p. 329), mostra a ação

policial durante a implementação do uso do português:

Fomos na missa um domingo lá na igreja e tinha um policial lá. E ele disse que viu gente cochichar em italiano, diz que viu umas mulheres lá cochichando. E eu fiquei me cuidando já. Nós todos nos cuidamos. Mas ele... eles diz que viu as mulheres cochichando e falando em italiano [...] Não falamos mais, a gente se cuidava quando saía lá por cima.

Segundo a autora,

a ação policial se dá pela ameaça ou de violência física ou de prisão. A fiscalização para impedir o uso do italiano ocorre em locais públicos (comércio, hospital, igreja), mas não se restringe a esses locais. Há depoimentos que relatam a ação dos policiais ouvindo as pessoas quando essas se comunicavam no interior de suas residências. Não há nos depoimentos nenhuma referência ao desenvolvimento pela comunidade de formas de resistência para garantir a preservação da língua. Pelo contrário, o que se tem são indicações de medo e resignação, junto com a aceitação da nova língua imposta ao grupo.

A atuação da Igreja, na década de 40, revela a autora, em exigir que as crianças aprendessem a rezar em português como condição para fazerem a primeira comunhão acelera o seu uso. A Escola, sob a tutela governamental, obriga o professor a alfabetizar em português e controla a sua atuação, fazendo desaparecer as escolas onde se alfabetiza em italiano. Até durante a prestação do serviço militar, os rapazes são obrigados a utilizar somente a língua portuguesa.

Observa-se que as instituições, a escola, a Igreja Católica e o Serviço Militar, têm um papel fundamental no processo de implementação do uso do português. Porém, mesmo imbuídas de boas intenções, tais instituições esqueceram a idéia de que a liberdade humana não é arbítrio individual, é liberdade histórica. Em outras palavras, a língua não se “impõe” ao indivíduo. O indivíduo “dispõe” dela para manifestar sua liberdade expressiva (Coseriu. E. *Noções de lingüística geral*, 1980).

Tendo presente essa contextualização histórico-política, que caracterizou a Campanha de Nacionalização do Ensino e a implementação

do monolingüismo, fica mais claramente posta a questão da estigmatização que sofreu a RCI, a partir de então. E, como decorrência, surgem os medos de falar, provocados por essa situação, às gerações de descendentes, principalmente quando se dirigem ao público.

O que se tenta fazer é o que, segundo Pasquale Petrone (1996, p. 636), se pode chamar de “descaracterização” da principal identidade do imigrante, a língua, em nome da unidade lingüística brasileira, da *brasilidade*. Para ele, “Em determinados momentos, a exemplo do que se verificou com a *campanha de nacionalização* da década de 1930, os problemas assumiram contornos extremos, quando escolas, clubes, hospitais, associações de todos os tipos foram fechados, ou tiveram que modificar seus estatutos e nomes, e comunidades inteiras foram proibidas de utilizar em público a língua materna”.

Interessa aqui avaliar até que ponto as condições particulares daquele momento histórico brasileiro podem incorrer no processo de estigmatização da fala dialetal italiana e, mais especificamente, no medo de falar em público. Ao impor o emprego do idioma português e proibir a língua do estrangeiro, desfere-se um rude golpe na comunidade cultural que já sofre o abandono e o esquecimento da pátria mãe; a discriminação e a perseguição dos brasileiros.

A língua dialetal italiana manteve-se graças à tradição e à comunicação oral. Conforme Rovílio Costa (1994), 70% dos imigrantes eram analfabetos tanto o homem quanto a mulher, ou seja, 45 dos 100 primeiros casais. Os demais soletravam meramente. “O analfabetismo é, também, um dos indicadores do estado de privação social e cultural em que vivia a família italiana por ocasião da grande imigração européia.”

Nem a falta de hábito de leitura, nem o restrito uso da língua dialetal escrita e, muito menos, nem a já mencionada proibição governamental têm a força de impedir os

modos de falar e de escrever do imigrante italiano. Atribui-se aos fatores ambientais a permanência do dialeto.

Não se pode esquecer que cada grupo identifica-se pela procedência, beluneses, veroneses, vicentino, bergamascos, vênets, lombardos e não como italianos. Ninguém domina o italiano oficial. Na perspectiva de Santin, in: *A Presença Italiana no Brasil*, org. de Luis A. De Boni, v. III, (1996, p. 600), a língua dialetal identifica o imigrante com o seu grupo de origem, não com a coletividade dos imigrantes. E explica o prestígio da língua local entre os imigrantes:

Por isso, no âmbito da vida social, ela era dispensável. Permanecia apenas o veículo de comunicação familiar. Foi assim que falar português tornou-se, entre eles, um sinal de valorização pessoal. [...] Mas é bom lembrar que eles diziam: fulano de tal fala português, mas "l'è um dei nostri". Falar português, para eles, não era uma abdicação de sua identidade [...] significa, simplesmente, entrar na cultura urbana e era visto como fator de promoção social. O dialeto era a língua da vida rural, do homem rude, sem cultura e ignorante da colônia.

A língua dialetal italiana nas colônias da Região da Encosta Superior do Nordeste sobrevive por muitos anos, até a II Guerra Mundial, quando é proibido como fala e como escrita, como se viu. O contato com os habitantes brasileiros (ou nativos) gera a situação de bilingüismo, principalmente a partir da segunda e terceira geração. O português passa a ser a segunda língua, cujo aprendizado ocorre por uma necessidade de adaptação e o seu uso restringia-se à comunicação fora do grupo étnico. Consolida-se um uso bilíngüe nas comunidades.

A língua oralmente transmitida assume peculiaridades regionais por fugir à padronização, formando, assim, as variações lingüísticas. Para Costa (1994, p. 9), "Este fenômeno lingüístico é próprio das comunidades iletradas ou semi-analfabetas que não têm compromisso com normas lingüísticas. Usam as palavras como formas concretas de expressão de situações e sentimentos".

Referindo-se ao bilingüismo, Costa diz que

entendido como o domínio de dois idiomas, não importando o nível em que se realiza este domínio, acena para a coexistência de duas estruturas lingüísticas. Em nosso caso, o bilingüismo pode estar no próprio falar italiano aqui formado da mescla de diferentes falas familiares, entrando em cena como a fala social, enquanto na família ainda prevalece a fala da província ou comuna de origem. (1994, p. 10)

Este e outros autores citados mostram como a pluralidade de visões nos permite ter um conhecimento mais apurado sobre o bilingüismo. Portanto, a rigidez conceitual de bilingüismo, ou seja, o entendido no sentido absoluto não cabe para a abordagem do objeto de estudo desta monografia.

Sobre as interferências lingüísticas na fala dos descendentes de imigrantes italianos na RCI

As interferências lingüísticas da língua dialetal italiano no português são uma característica da língua escrita e falada pelo bilíngüe na RCI, em que predominam os dialetos Vênets e Lobardo.

Nessa área já foram feitos estudos a nível das interferências fônicas e lexicais, nos quais são apontadas características peculiares ao sistema de um e de outro dialeto específico. De acordo com Frosi e Mioranza (1979, p. 102), como não há na língua dialetal italiana a consoante fricativa chiante surda e fricativa chiante sonora, o falante dessa língua ao falar o português substitui tais fonemas pela consoante fricativa sibilante surda e fricativa sibilante sonora. Ao exemplificar, os autores acima citam as seguintes falas:

soveu muito ("choveu muito")

o sapeu esta embaso da meza ("o chapéu está embaixo da mesa")

desa pra mi ("deixa p'ra mim")

paso u avio a zato ("passou um avião a jato")

a zanela esta fesada ("a janela está fechada")

e o zeito ("é o jeito")

A vibrante múltipla é substituída pela vibrante simples: carroça (*karosa*), rei (*rei*), terra (*terra*), rato (*rato*).

Uso da vogal posterior, média fechada, nasal, em vez do ditongo nasal ao: *corançon* por

coração, *enton* por então, *non* por não, *kriston* por cristão.

A vogal central, média, fechada, nasal é substituída pela vogal central, média, aberta, nasal: *sánta* por santa, *kánta* por canta, *ántes* por antes, *kámpo* por campo, *tánto* por tanto, *lâmpada* por lâmpada.

Além desse tipo de interferência, Frosi e Mioranza (idem, p. 100) apontam outras interferências da língua dialetal italiana, a nível sintático e a nível lexical, principalmente em situações de aprendizagem do português como segunda língua para o bilíngüe. Eis alguns exemplos registrados pelos autores citados acima:

Não fiz hora de pegar o ônibus: *No go mia fa ora de tsapar la linia.*

Eu sentia eu que elas falava: *Mi sentia mi ke luri parlea.*

Me vem p'ra cima a raiva: *Me vien su la rabia.*

Vou lá embaixo da tia: *Vão la do dela zia.*

Me peguei de noite: *Son tsapa de note.*

Com relação ao léxico, vocábulos da língua dialetal italiana são usados nas falas em português:

Eu gosto de carne *lessa*. (*lessa* por cozida em água ferente)

Prefiro polenta *brustolada*. (*brustolada* por assada em chapa)

Ciao! (*ciao* por até logo, adeus)

Estou *sjonfo* [numa refeição]. (*sjonfo* por satisfeito)

É comum entre os bilíngües a omissão de consoantes no interior da palavra:

Eu próprio faço isso: *Eu próprio faço isso; Mi próprio fau questo.*

Sem problema: *Sem poblema; Sensa pobleme.*

A sociolingüística trata dentre outras a questão das interferências como um fenômeno do bilingüismo, cujo conceito varia de autor para autor. Segundo Martinet (1976, p. 292), entende-se por interferência lingüística

o processo que resulta na presença, num dado sistema lingüístico, de unidades e com frequência de modos de organização pertencentes a um outro sistema. O uso deste termo pressupõe que a presença de um traço estranho e as mudanças que daí advêm encontrem a sua explicação na análise estrutural dos dois sistema em contato. Com efeito, cabe a esta análise destacar o tipo de organização

que fixa o estatuto funcional da unidade ou o modo de concatenação transferido na sua língua de origem, como na língua de acolhimento.

Em Weinreich (1967, p. 67), “Deve-se notar que, do ponto de vista estrutural, a interferência é esperada em *ambas* as línguas que estão em contato”. Em outra passagem, o autor em relação a essa questão comenta que

O problema da interferência fônica diz respeito ao modo pelo qual um falante percebe e reproduz os sons de uma língua que poderia ser designada segunda, em termos dos de uma outra, que poderia ser denominada primeira. A interferência aparece quando um bilíngüe identifica um fonema do segundo sistema com um do primeiro sistema e, em reproduzindo-o, sujeita-o às regras fonéticas da primeira língua. (1967, p. 14)

Por sua vez, D. Crystal (1977, p. 306) coloca a interferência como um problema não só da sociolingüística. Para ele, a interferência “é um distúrbio lingüístico que resulta do contato de duas línguas (ou dialetos) numa situação específica. O problema da interferência não pode ser abordado pela lingüística (ou por qualquer outra disciplina) independentemente”. Nessa concepção, a interferência é definida como um “distúrbio lingüístico”, e a sua abordagem não se restringe à perspectiva da lingüística pura independente de outros aspectos que entram em jogo neste problema, como também nenhuma outra disciplina sozinha (sociolingüística, etc.) resolveria esta questão.

Lyons (1981, p. 244) lembra que “não existe um modelo teórico amplamente aceito dentro do qual a linguagem possa ser estudada macrolingüisticamente, de vários pontos de vista diferentes, igualmente interessantes: social, cultural, psicológico, biológico, etc. [...]. É importante, diz ele, ter isto em mente”.

Embora neste sentido haja divergências de opiniões, há lingüistas como Chomsky e os gerativistas que enfatizam pontos de contato entre a lingüística e a posição social quer quanto à manutenção quer quanto ao funcionamento, quando dizem que não há distinção a fazer entre a lingüística e a sociologia ou a antropologia

social. Partindo do ponto de vista de Benveniste de que a linguagem não é um instrumento do qual o homem se serve para comunicar, mas sim, que ela é a própria expressão do homem, há que se reconhecer o ponto macrolingüístico, o sociolingüístico, o etnolingüístico — que é de natureza interdisciplinar.

Não havendo ainda um modelo teórico para tratar de todas as disciplinas inter-relacionadas, resta apenas levantar alguns dos aspectos pertinentes a elas que poderão detectar e elucidar interferências lingüísticas no bilingüismo dos falantes da língua dialetal italiana e do português.

Descaracterização da língua dialetal italiana falada

Como explicar o processo de ridicularização por que passou (e passa) o falante da língua dialetal falada e da variedade do português dessa região? Assim, como bem observa Santin (1996, p. 600), referindo-se à questão ambiental, “o próprio descendente dos imigrantes tornou-se o maior inimigo da preservação destas paisagens italianas”, quando no processo de integração. Pode-se dizer, também, que o mesmo descendente contribui para a “desqualificação sistemática” da fala dialetal quando a ridiculariza, ao invés de promovê-la. A propósito disso, Rovílio Costa (1994, p. 12) observa, com pertinência, que

Infelizmente, alguns locutores de rádio, articulistas, músicos, cantores fazem as pessoas rirem tornando a língua falada como ridículo, vindo isto a incidir na ridicularização das pessoas [...]. O agricultor que sempre ficou ligado à terra não deve ser ridicularizado se tenta falar o português com sotaque italiano. Ridicularizá-lo por isso é motivar sobretudo as novas gerações a não aprenderem a língua italiana que seus pais sabem falar e ensinar.

Desde o centenário da imigração italiana, houve uma valorização da língua dialetal italiana, mas ainda persiste o estigma de forma velada. A superação não foi total. As gerações mais marcadas pelo estigma foram exatamente as de pós-guerra. Aquelas que adquiriram a

língua dialetal italiana como língua materna e tiveram um aprendizado bilíngüe forçado pela escolaridade.

O problema não é da língua dialetal italiana em si, mas das atitudes em relação a ela. Gerou-se um estigma interno da própria etnia, oriundo do fator econômico.

A língua está ligada ao *status* social, à situação de prestígio daqueles que vivem na área urbana principalmente, em relação ao desprestígio dos que moram na área rural. Os novos ricos da área urbana entram na industrialização e no comércio, enquanto na zona rural o trabalho continuava sendo eminentemente braçal (arado na lavoura).

O que o falante da RCI tem como elemento a mais é o traço de influência dialetal italiana na variedade do português por ele falado. Este é um fator determinante que interfere no seu desempenho lingüístico, ao fazer passagem do discurso coloquial (situação informal) para o mais elaborado (situação formal).

Eliana Amarante de M. Mendes (1997, p. 25), em seu texto “A mudança de registro na conversação”, cita Tarallo para mostrar que os estudos sociolingüísticos demonstram que a variante de maior prestígio tende a ser a escolhida nas situações mais formais, enquanto, nas situações informais, nota-se o predomínio da variante mais estigmatizada.

Preconceito lingüístico-social: vergonha de falar o português com sotaque da língua dialetal italiana

O objeto de estudo da sociolingüística é a diversidade lingüística relacionada aos fatores sociais. A variação lingüística é inerente às línguas, porque as sociedades são divididas em grupos: jovens e velhos, os que habitam uma região ou outra, os que têm diferentes profissões, são de classes sociais diferentes, e assim por diante. O uso de determinada variedade lingüística serve para marcar a

inclusão desses grupos, dá uma identidade para seus membros. Para classificar um falante e o modo como ele fala é preciso levar em conta sua idade, sexo, escolaridade, origem geográfica, etc. Aprende-se a distinguir a variação. Pela fala, reconhece-se a procedência do falante: carioca, gaúcho, descendente de alemães ou de italianos. Certas expressões pertencem à fala dos mais jovens. Determinadas formas se usam em situação informal, mas não em ocasiões formais. Saber as variedades de uma língua significa conhecê-la. Reconhecer as mudanças significa compreendê-las.

De acordo com Marcos Bagno (2000), “Toda variação atende às necessidades da comunidade de seres humanos que a empregam”. E disso surge o preconceito que decorre do prestígio atribuído às variedades da língua padrão em detrimento das variedades da língua não-padrão, estigmatizadas e inferiorizadas.

A língua dialetal italiana, no contexto lingüístico da RCI, sofre o desprestígio social inicialmente pela campanha de nacionalização da língua portuguesa imposta pelo poder político, como se viu, que nivela todas as regiões do Brasil, ignorando as diferenças lingüísticas cruciais entre elas. Ao mesmo tempo, ocorre um fenômeno surpreendente, assim caracterizado pela pesquisadora Vitalina Maria Frosi (1996):

há também o desprestígio enraizado no interior do próprio grupo étnico italiano regional. À medida que o ítalo-brasileiro enriquece e se urbaniza forma uma nova classe de nível econômico mais elevado e, então: passa a segregar social e lingüisticamente os menos favorecidos — o colono — que, ou se comunica através do dialeto italiano e é qualificado com grosso, ou se expressa em português, porém de um modo assaz precário, e torna-se motivo de riso. (Frosi, 1989, p. 61, apud Frosi 1996)

Ainda segundo a autora (idem *ibid.*), o somatório desses fatores

Constitui-se o embrião de um fenômeno que toma forma definitiva na década de 1950 e originará o sentimento de vergonha que marcará a fala de muitos ítalo-brasileiros, seja ela a dialetal italiana, seja ela a de língua portuguesa. Vergonha de falar,

medo de falar com pessoas não pertencentes a uma determinada comunidade de falantes parecem ter sido marcas bastante comuns nas comunidades rurais da RCI. O estigma social que se forma nesse período marcará profundamente as fases subseqüentes, fará parte da história de vida de muitos ítalo-brasileiros.

É de Luzzatto (1994, p.23) a manifestação mais comovente sobre a discriminação sofrida pelos “gringos”:

Nossa gente, por não saber o português com desenvoltura, sofreu, num passado nem tão remoto, uma discriminação que ia da simples gozação, por não conseguirmos emitir certos fonemas, à cadeia. Nós que nascemos aqui, que somos — juntamente com os descendentes dos alemães — os responsáveis pelo desenvolvimento do comércio e da indústria do Sul do País, éramos e ainda somos considerados *gringos*, isto é, estrangeiros! Por quê? Porque temos uma cultura diferente! Deveríamos dizer: Porque, graças a Deus, temos uma cultura diferente!

São os adultos dos centros urbanos menores e das comunidades rurais que “ao falarem a língua portuguesa, continuam a apresentar fonemas característicos do italiano, resultando no “sotaque” que é marca, até, estereotipada deste grupo de falantes” (Dal Corno, 1998, p. 40). Tal influência fônica da língua dialetal italiana sobre a língua portuguesa se dá em dois planos; o fonológico e o fonético. Conclui a autora:

se na zona urbana se verificar ainda o preconceito, será contra o ‘sotaque’, não contra o dialeto, uma vez que este praticamente não é mais falado. O maior prestígio pela língua portuguesa sem qualquer influência do italiano determinaria o desprezo pela língua portuguesa falada com sotaque, estabelecendo-se a identificação do falar com sotaque com o fato de se ser, originariamente, um colono, já que a inserção no ambiente urbano não foi suficiente para apagar esta marca. (Idem, p. 41)

Lambert (apud Dal Corno, 1998, p. 36) revela sua contribuição ao analisar as reações valorativas à mudança lingüística:

Diz que a língua falada é uma característica que identifica os membros de um grupo cultural ou de uma nação, e que qualquer atitude de um ouvinte com relação aos membros de um grupo dado será também generalizada para a língua por eles usada.

O uso de uma língua é um aspecto do comportamento comum à variedade de indivíduos. Assim, ao ouvir essa língua, o ouvinte, reage de forma a atribuir valores ou avalia subjetivamente o falante, com base nas características estereotipadas ou generalizadas do grupo a que o falante pertence. (1998, p. 37)

A língua dialetal italiana era essencialmente oral e a língua portuguesa, falada e escrita, atuava em todos os níveis: educação, religião, imprensa, repartições públicas civis e militares. É Lyons (1987, p. 254) quem escreve sobre o prestígio da língua escrita sobre a oral:

a língua escrita tende a ser mais altamente padronizada do que a fala dos que a utilizam. Entretanto, dada a existência de um padrão aceito para a língua escrita, este pode servir como modelo de propriedade e correção para a fala dos alfabetizados em qualquer sociedade na qual o domínio da língua escrita traz prestígio ou a possibilidade de ascensão social.

Por essa razão, quem falasse somente a língua portuguesa encontrava-se em posição mais favorável social e politicamente do que os falantes da língua dialetal italiana. Sabe-se que “as crianças que entram na escola falando um dialeto, que difere de maneira significativa do padrão enfrentam um problema que os falantes do padrão não têm” (Lyons, 1987, p. 263). Ressalta o autor, ainda:

Os problemas são particularmente graves para os filhos de imigrantes e de outras minorias étnicas. Divididos entre duas culturas, eles podem bilíngües de maneira imperfeita em dois dialetos não-padrão. Existem, é claro, tanto vantagens quanto desvantagens no bilingüismo e na dupla cultura, contanto que não interfiram no progresso educativo e social da criança. (Idem, p. 264)

O depoimento de Tomaso Radaelli, agricultor, neto de um dos primeiros imigrantes que chegou a Nova Milano, interior de Caxias do Sul, ao *Jornal Pioneiro*, de 05 de junho de 1995, p. 11, no Suplemento Especial dos 120 anos de Imigração Italiana, ilustra bem o comportamento dos descendentes de imigrantes: “Ainda falo o milanês e gosto de falar com quem sabe, embora meus filhos pareçam ter vergonha de falar a língua que a vó deles falava”.

Rovílio Costa e Arlindo Battistel, na coluna Vita Stória e Frólole, do *Correio Riograndense* (14/02/2001, p. 21), também revelam uma faceta desse sentimento nos falantes do dialeto vêneto: “dove scandalosamente c’è gente che si vergogna di parlare la língua veneta, e soprattutto nelle nostre scuole”.

Para Lyons (1987, p. 264) a situação dos filhos de imigrantes se agrava porque ficam divididos entre duas culturas e os problemas lingüísticos passam a fazer parte do problema muito mais amplo da discriminação social e cultural.

Parece oportuno lembrar aqui a expressão “significado social” da língua, empregado por Lyons (p. 139). Segundo o autor, o comportamento lingüístico, quase sempre, é intencional, sendo que a maior parte das declarações objetivam estabelecer laços de amizade e influenciar pessoas. Nas relações sociais entre os participantes dos diálogos cotidianos, em qualquer contexto em que se utilize a linguagem, aquilo que é dito importa tanto quando a maneira de dizer. Assim, o significado social da língua “Está ligado ao uso da língua para estabelecer e manter os papéis e relações sociais”.

À variação lingüística representada pela variedade de pronúncia, ou seja, pela variação fônica dá-se o nome de sotaque, de acordo com Lyons. Para ele, “O que torna a noção de sotaque tão importante sociolingüísticamente, é que os membros de uma comunidade lingüística reagem freqüentemente a diferenças de pronúncia subfonêmicas e fonêmicas da mesma maneira, como indicadores da proveniência regional ou social do falante” (p. 249). E, um pouco abaixo, explica que as diferenças fonéticas entre sotaques

Podem ser estigmatizadas pela sociedade, da mesma forma como certas diferenças lexicais e gramaticais entre dialetos o são. Pais e professores tentam freqüentemente eliminar o que consideram como marcas de status social inferior ou como regionalismos. Mesmo se não são bem-sucedidos, eles terão desempenhado a sua função no perpetuamento na crença geral na comunidade

lingüística de que a pronúncia tal é indicadora de inferioridade social ou de educação [...]. (Idem)

Complementa Lyons (1987, p. 250) dizendo ainda que “há mais variação regional na fala dos que se situam mais baixo na escala social do que na fala dos que estão mais alto”. As pesquisas sociolingüísticas confirmam, segundo ele, que “quanto mais baixo a pessoa estiver na escala social (em termos de educação, renda, profissão etc) mais o seu sotaque vai diferir da RP e mais será marcado regionalmente” (idem). Há que dizer que o sotaque, assim visto, funciona como elemento capaz de preservar a identidade do falante.

Cabe aqui, talvez, lembrar a obra de W. E. Lambert (1972, p. 336), *Uma Psicologia Social do Bilingüismo*, na qual o conceito de bilingüismo é abordado sob uma perspectiva sócio-psicológica, “caracterizada não somente pelo interesse nas reações do bilíngüe como indivíduo, mas também atento às influências sociais que afetam o comportamento do bilíngüe e às repercussões sociais que seguem esse comportamento” (tradução da autora).

Talvez, uma dessas reações seja a busca de prestígio. Frosi (1996, p. 163) aponta o êxodo rural como “um fator de promoção da língua portuguesa em detrimento da fala dialetal. Aprendê-la, adquirir um bom domínio no uso oral e escrito significou, além da ascensão social, conquista de melhores empregos e, conseqüentemente, ascensão econômica”. A atitude dos falantes em relação à língua dialetal italiana muda, portanto. O sentimento de reprovação em si próprio e nos outros dessa fala é determinado pela busca de prestígio e de interação sociais, numa relação de igualdade com os falantes monolíngües da língua portuguesa, considerados mais poderosos pelos primeiros.

De acordo com Fónagy (1993, p. 27), citado por César Reis (1997, p.45) a palavra *atitude* “designa um comportamento determinado, consciente, controlado, tendo um componente

moral, intelectual”. Motivados pela ascensão social, aprender a língua portuguesa passa a ser uma meta agora também nas famílias de descendentes de imigrantes italianos. A antiga legislação, para implementar o uso exclusivo da língua portuguesa, vem, na década de 50, respaldada pelo consentimento familiar do grupo imigrado. A mudança de atitude do imigrante, a sua não resistência lingüística em fazer uso da língua portuguesa, implica estar de acordo com comportamento sócio-cultural-econômico do grupo que a usa.

Surgem preconceitos estigmatizadores da fala regional que é evitada e ridicularizada. Conforme Frosi (ibid.), “A estigmatização social dá origem a estereótipos lingüísticos que têm efeitos traumáticos. Falar em dialeto italiano é feio, falar em língua portuguesa com interferências fônicas dos dialetos italianos também é feio”. Daí a vergonha de falar, o medo de falar a língua dialetal italiana pelos descendentes da segunda geração de imigrantes, cujos filhos, por sua vez, pessoas da terceira geração vivem a “heterogeneidade dialetal”, falam a língua portuguesa impregnada de dialetos mistos da língua dialetal italiana. Em outras palavras, as interferências da língua dialetal italiana impregnam a fala da língua portuguesa, tanto na variedade da região quanto na ensinada na escola e de maior prestígio social.

Metodologia: procedimentos para obtenção de dados

De forma a ilustrar um pouco mais essa questão da estigmatização, para identificar se ela ainda persiste entre falantes de descendentes italianos e para tentar verificar se constitui um elemento determinante que justifique o medo de falar em público, foi aplicado um questionário a 75 estudantes universitários, matriculados nas disciplinas de Estratégias de Comunicação Oral, cuja idade é de 18 a 45 anos, e do gênero masculino e feminino. São

alunos precedentes de municípios, predominantemente, da região de colonização italiana, alguns da região alemã e de outras etnias.

Consta-se, a partir das respostas obtidas, que o julgamento de valor e/ou estéticos sobre elas são sempre subjetivos. Dentre as respostas, quando questionados sobre como caracterizam a pessoa que fala português com sotaque italiano, destaca-se o item que diz ser “engraçada” com 75% das respostas. O restante fica assim distribuído: “normal”: 10%; “errada”: 8% e “grosseira”: 7%. Prova-se, assim, que o preconceito lingüístico em relação à fala tem como subjacente uma discriminação social e cultural. O crescimento e a expansão econômica, bem como o avanço cultural e tecnológico da RCI são fatores que desencadeiam o afastamento da identidade lingüística italiana desta região. A estigmatização da fala “engraçada” é assim alcunhada por aqueles que não adquiriam como língua materna a língua dialetal italiana.

Observa-se nos meios de comunicação e na literatura um retorno às origens étnicas italianas uma atitude afetiva de identificação lingüística com a língua dialetal italiana, embora seu uso venha se extinguindo. São descendentes da terceira geração que resgatam a fala dialetal italiana nas festas religiosas das capelas, nos corais, nas rádios, na imprensa e nas comemorações festivas alusivas à imigração italiana. Uma análise mais apurada poderá avaliar o perfil do grupo de ítalo-brasileiros interessados nesse resgate de origens.

Os estudos revelam que somente na primeira fase da imigração, entre 1825 e 1910, não há sentimento de vergonha em relação à fala dialetal italiana. Os diferentes grupos étnicos italianos, dentro da RCI, buscaram, naquele período, a integração pela comunicação, sem estigmatização e sem restrição ao uso normal dos diferentes dialetos.

O sistema lingüístico de prestígio (língua portuguesa) veio impondo-se paulatinamente e, mais especificamente, desde a década de 1930. E ele cresceu juntamente com o desenvolvimento sócio-econômico-cultural das comunidades da RCI. De acordo com Frosi,

A identidade lingüística italiana regional é anulada na mesma proporção em que se aniquilam as tradições culturais locais. O processo desencadeado nessa direção é irreversível. Determinado pelo progresso, em nome da modernidade, vai solapando os últimos redutos da expressão dialetal oral que, durante um longo período, foi o principal instrumento lingüístico de comunicação de toda a comunidade regional. (1989, p. 10, apud, 1996, p. 165)

O resgate da fala dialetal italiana como fator de identidade étnico-cultural

A preocupação com o desaparecimento da língua dialetal italiana é mais uma atitude de estudiosos como Rovílio Costa que, na conferência intitulada “Valores da imigração italiana cem anos após” (1979, p. 202), comenta o seguinte:

Através do dialeto italiano identifica-se a concretude da vida. O dialeto se constitui, pois, numa forma plena da memória da vida dos antepassados. Perder a linguagem é perder a memória do passado. O dialeto descritivo parece ser o primeiro passo para as futuras gerações entenderem o passado do imigrante italiano. Não são suficientes as gramáticas, os glossários, mas são necessários os textos originais dos diários, dos escritos diversos, das crônicas e especialmente das gravações diretas que proporcionam o falar corrente do imigrante, continuando nos descendentes. Nas comunidades italianas, o desaparecimento do dialeto tende a ser mais rápido que nas comunidades alemãs e polonesas exatamente pela afinidade do italiano com o português.

Como uma forma de desfazer o preconceito lingüístico-social em torno da língua materna dos imigrantes italianos, busca-se em Lyons (1987, p. 264) a declaração de que atualmente

é mais amplamente reconhecido do que já foi, em muitos países, o fato de que a língua materna de minorias étnicas deve ser encorajada, e não desestimulada como uma barreira na sua integração na comunidade mais ampla. O que se chama comumente de *manutenção lingüística*

constitui hoje a política oficial de muitos países para algumas de suas línguas minoritárias, tanto nativas quanto estrangeiras, se não para todas. No entanto, é muito mais fácil formular tal política declarando-a desejável política e socialmente, do que implementá-la — em determinados casos, até mesmo saber como implementá-la.

O resgate, o registro e a valorização da língua dialetal italiana precisam ser feitos por aqueles que se sintam orgulhosos de suas origens e que compreendem a língua como uma identidade sócio-cultural. A atitude negativa em relação à língua dialetal italiana pelos descendentes de imigrantes italianos deve-se, portanto, à busca da ascensão social. Lyons (1987, p. 250) explica que a preocupação com o *status* social lingüístico ocorre, principalmente, nas situações formais e numa incidência maior com os falantes de classe média baixa que os de classe média alta. Conforme o autor, isso se deve “à maior sensibilidade dos menos seguros e mais ambiciosos socialmente”.

Excetuando-se a insegurança dos ambiciosos por *status* social, paralelamente às manifestações de cultivo às raízes étnicas italianas, ocorreram e ocorrem inúmeras e valiosas publicações sobre a fala dialetal italiana, entre as quais *Nanetto Pipetta* de Aquiles Bernardi, *Stória e Frótole* de Rovílio Costa, *Don Giocondo* do Pe. Antônio Galioto (1988), *Os Pesos e as Medidas* de Ítalo Balen (1981), *Poemas de um Imigrante Italiano* de Ângelo Giusti (1976), *Um Frate Contento* de Antônio Baggio, etc. Encontros de escritores em Língua Veneta, realizados a partir de 1989, têm a preocupação de preservar as diferentes falas através de uma grafia comum. Diversos são os livros de *Talian*, tais como: *Dicionário Vêneto Sul-Riograndense / Português*, de Frei Alberto Vitor Stawinski; *Dicionário Português Talian e Adesso Imparemo* (cartilha) de Honório Tonial; *Talian: Noções de Gramática, História & Cultura* e *Dissionário Talian Vêneto Brazilian Portoghese*, de Darcy Loss Luzzatto.

Considerações finais

Diante do exposto, avalia-se que, historicamente, os reflexos de uma época sempre se fazem presentes nas gerações vindouras. Nada mais do que necessário tomarmos consciência dessa verdade, pois quem não reconhece seu passado, suas tradições, suas origens dificilmente aceitará como é o seu momento histórico. Isso se aplica a tudo e, principalmente, à língua que fala, a cultura que vive. Antropologicamente certas reações (preconceitos) aos usos lingüísticos são toleradas, lingüisticamente essas reações podem ser explicadas, ainda que inconcebíveis, mas humanamente e culturalmente podem ser erradicadas.

À guisa de conclusão, talvez caiba colocar-se aqui a visão de Bachman (1990) sobre a competência sociolingüística dos falantes. Diz que ela “é a sensibilidade para, ou o controle das convenções de uso da língua que são determinadas por aspectos do contexto específico do uso da língua; ela nos habilita a desempenhar funções da linguagem de maneira apropriada àquele contexto” (tradução de Niura M. Fontana). O autor discute as habilidades dentro do âmbito da competência sociolingüística. Uma delas é a “sensibilidade às diferenças de dialeto ou variedade”, sobre essa diz que “em todas as línguas há variações no uso que podem ser associadas aos usuários da língua em diferentes regiões geográficas ou que pertençam a diferentes grupos sociais”, cujas variedades (regionais “diatópicas”, sociais “diastráticas” ou dialetos) “podem ser caracterizadas por diferentes convenções, e a adequação do seu uso irá variar dependendo das características do contexto de uso da língua” (1990, p. 95).

Quanto à sensibilidade “às diferenças de registro e à naturalidade”, Bachman, citando outros autores, Halliday, McIntosh e Strevens (1964), diz que “registro simples” é, para eles, a “variação no uso da língua dentro de um único

dialeto ou variedade”. A distinção de diferenças de registro é feita “em termos de três aspectos de contexto de uso da língua: ‘área do discurso’, ‘modalidade do discurso’ e ‘estilo do discurso’ (idem, p. 90–4). Sobre as diferenças de registro, o autor chama atenção para a possibilidade de, em determinados atos comunicativos, haver alguém que fique à margem do discurso se “um dialeto particular ou variedade” não estiver para essa pessoa “associado com a participação como membro de uma comunidade de fala”. Diz ele, “Quantas vezes, por exemplo, nós procuramos pessoas em grandes festas com quem podemos conversar sobre amenidades? Do mesmo modo, nós podemos rapidamente nos sentir excluídos quando nós não podemos participar de um dado domínio do discurso” (1990, p. 96).

A “sensibilidade à naturalidade”, segundo Pawley e Syder (1983), citados por Bachman (1990, p. 96 e 97), quer dizer o que permite ao usuário formular um enunciado de “*maneira semelhante à da fala nativa*, isto é, como seria formulado por falantes de um dialeto ou variedade particulares de uma língua que são nativos em relação à cultura daquele dialeto ou variedade”.

E, ainda, a sensibilidade “à habilidade de interpretar referências culturais e figuras de linguagem”, segundo o autor, tem a ver “com os significados estabelecidos dentro do léxico de cada língua”, os quais são atribuídos “por uma cultura específica”.

Embora esses aspectos da competência sociolingüística e outros mencionados nesta monografia pareçam não ter relação direta com a questão aqui estudada, ou seja, de verificar se o estigma da língua pode ser indicado como um fator determinante para explicar o medo que, de modo geral, o descendente de imigrantes italianos da região nordeste do Rio Grande do Sul tem de falar em público, pode-se perceber que tais aspectos estão presentes, de forma implícita ou explícita, em qualquer ato comunicativo. Portanto, esses têm relação

sim, porque faz diferença quando se tem ou não se tem sensibilidade para com as variedades de uma língua, para com as diferenças de registro, para com a naturalidade, para com a habilidade de interpretar referências culturais. Dependendo de como são tratados e interpretados os usos que os falantes fazem da língua, podemos reforçar o estigma, os preconceitos em relação a esses usos, como podemos contribuir para erradicar de vez tais prevenções.

A partir do exposto, pode-se concluir que bilingüismo e línguas em contato, como ocorre na região colonizada por imigrantes italianos na serra gaúcha, não são exceções na atividade verbal humana e sim regra geral e expressiva do mundo. Com ou sem medo de falar para um público, o falante terá sua competência comunicativa marcada por variáveis que vão além da compreensão humano-lingüística. Para ilustrar, destaca-se o que Maria Antonia Coelho da Mota diz sobre isso:

Independente da delimitação de fronteiras políticas e de nacionalidades, a maioria dos países do mundo é bilingüe ou multilíngüe e não monolíngüe; tal significa que raras são as comunidades que partilham uma única língua sem que outras coexistam no mesmo espaço geopolítico. (1996, p. 508)

Destaca-se, ainda, como fecho deste estudo monográfico, o que Dubois (1973) diz sobre essa questão do sotaque, que muito tem preocupado as pessoas a ponto de não o aceitarem-no como um fenômeno natural e característico da cultura da região. As razões históricas por si sós já explicam o fato de falantes dessa variedade do português apresentarem traços dialetais, são descendentes de imigrantes, que têm como herança a língua dialetal italiana, influenciando foneticamente o português que para muitos foi a língua estrangeira. Hoje, o português com sotaque é motivo de vergonha, porque é estigmatizado. A razão de alguns medos e bloqueios na hora de falar a um público é um medo de se “expor ao ridículo”.

Cada língua tem as suas preferências articulatórias, o português, por exemplo, prefere as articulações posteriores velares [...] Uma das principais dificuldades no aprendizado fonético de uma língua estrangeira consiste justamente no abandono ou na possibilidade do abandono provisório da base articulatória da língua com a qual está familiarizado, para adquirir todo um conjunto de novos hábitos articulatórios que caracterizam a nova língua. (1973, p. 690)

Referências bibliográficas

- Bachman, Lyle F. “Habilidade comunicativa de linguagem” (capítulo traduzido por Niura M. Fontana). In Bachman, Lyle F. *Fundamental consideration in language testing*. Oxford: University Press, 1990
- Bagno, Marcos. *Preconceito lingüístico — o que é, como se faz*. São Paulo: Loyola, 2000
- Costa, Iara Benquerer. “Ensino do português em áreas bilíngües: uma propriedade?” In *Lingüística: conferências e mesas redondas*. Salvador, 11/16 de setembro de 1994, org. por Jacyra Mota & Vera Roblemberg. Salvador, ABRALIN; FINEP; UFBA. Vol. 1, pp. 324–333
- Costa, Rovílio et alii. *Imigração italiana do Rio Grande do Sul: vida, costumes e tradições*. Porto Alegre: EST/Sulina, 1974
- Costa, Rovílio et alii. “O italiano vêneto-lombardo no Rio Grande do Sul”. In *Correio Riograndense*, Caxias do Sul, 09 março de 1994, p. 12
- Costa, Rovílio et alii. *Imigração italiana, cidadania e participação social*. In *Correio Riograndense*, 16 maio 2001
- Dal Corno, Giselle Olívia Mantovani; Santini, Suzana Mara. *Relações Subjetivas à Fala com Sotaque Italiano na Região de Colonização Italiana (RCI) do Rio Grande do Sul*. In *Coletânea Cultura e Saber*, Universidade de Caxias do Sul, v. 2, n° 1. Caxias do Sul: UCS, 1998
- De Boni, Luis A; Costa, Rovílio. “Os italianos no Rio Grande do Sul”. In: *Correio Riograndense*. Caderno Especial, Caxias do Sul, 17 maio 2000
- Confortin, Helena. Comportamento de falantes bilíngües do Alto Uruguai Gaúcho frente à língua materna (dialeto italiano) e à língua portuguesa. In De Boni, Luis Alberto (org.) [et al.]. *A presença italiana no Brasil*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Torino: Fondazione Giovanni Agnelli, 1996. v. III
- Crystal, David. *Que é lingüística?* Tradução de Eduardo Pacheco de Campos. Rio de Janeiro: Livro Técnico, 1977, 1981
- Ferreira, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário Aurélio*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975
- Frosi, Vitalina M.; Mioranza, Ciro. “Comunicação Lingüística na Região de Colonização Italiana (os dialetos italianos e a língua portuguesa)”. In *Anais do I e do II Forum de Estudos Ítalo-Brasileiros, 1975 e 1976*, Instituto Brasileiro-Italiano de Estudos e Pesquisa, Imigração Italiana, Estudos. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Caxias do Sul; Universidade de Caxias do Sul, 1979
- Frosi, Vitalina Maria. “A linguagem oral da região de colonização italiana no sul do Brasil”. In Maestri, Mário [et al.]. *Nós, os ítalo-gaúchos*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1996
- Lambert, W. E. “A Social Psychology of Bilingualism”. In Pride, J. B. & Holmes, J. (eds.). *Sociolinguistics*. Harmondsworth: Penguin Books, 1972
- Lyons, John. *Linguagem e lingüística, uma introdução*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara S.A, 1987
- Luzzatto, Darcy Loss. *Talian — Vêneto Brasileiro. Noções de Gramática, História & Cultura*. Porto Alegre: Sagra: DC Luzzatto, 1994
- Martinet, Jeanne et al. *Da teoria lingüística ao ensino da língua*. Tradução de Iara Pinto Demétrio de Souza. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1979, 1976
- Mendes, Eliana Amarante de Mendonça. “A mudança de registro na conversação”. In Mendes, Eliana Amarante de Mendonça e Dell’Isola, Regina Lúcia Péret (org.). *Reflexões sobre a língua portuguesa: ensino e pesquisa*. Campinas, São Paulo: Pontes, 1997
- Mota, Maria Antonia Coelho da. “Línguas em contato”. In Faria, Isabel Hub (org.) et al. *Introdução à lingüística geral e portuguesa*. Lisboa: Caminho, 1996
- Pedrone, Pasquale. “Imigrantes italianos no Brasil: identidade cultural e integração”. In De Boni, Luis Alberto (org.) [et al.]. *A presença italiana no Brasil*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Torino: Fondazione Giovanni Agnelli, 1996. v. III
- Santin, Silvino. “Integração sócio-cultural do imigrante italiano no Rio Grande do Sul”. In De Boni, Luis Alberto (org.) [et al.]. *A presença italiana no Brasil*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Torino: Fondazione Giovanni Agnelli, 1996. v. III
- Reis, César. “Oralidade e Prosódia”. In Dell’Isola, Regina L. P. Mendes, Eliana Amarante de Mendonça (org.). *Reflexões sobre a Língua Portuguesa: Ensino e Pesquisa Reflexões sobre a língua Portuguesa; Ensino e Pesquisa*. SP, Campinas: Pontes, 1997
- Weinreich, Uriel. *Lingue in contatto*. Traduzione di Giorgio Raimondo Cardona, Torino: Editore Boringhieri Società per Azioni, 1974, 1967 (ed. orig. 1953)